



# ELO



IMPRESSO ESPECIAL

CONTRATO  
Nº 050200147-0/2001  
ECT/DR/RJ

APÓS-FURNAS

JULHO/AGOSTO Nº 109

Associação dos Aposentados de FURNAS - Rua Real Grandeza, 219 - anexo - sl. 202 - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22281-035

## Leia também...

A nossa voz  
no Conselho:  
Diariamente, um  
soco no estômago

PAG 2 e 3

Mais uma revisão  
do benefício do  
INSS

PAG 4

Como fica a taxa  
paga

PAG 4

Notícias da CAEFE

PAG 5

Informações da  
Eletronuclear

PAG 5

Atenção usuários  
de medicamentos  
fabricados fora do  
Brasil

PAG 6

## EDITORIAL

### Por uma Real Grandeza mais forte e Independente

Como se não bastasse a preocupação de todos nós como cidadãos brasileiros com a avalanche de corrupção que assola o Brasil, nos entristece e nos envergonha o fato de vermos no noticiário do dia-a-dia o nome de FURNAS, empresa que ajudamos a criar e a tornar-se uma das maiores do País, bem como, o da REAL GRANDEZA, o nosso Fundo de Pensão, envolvidos de forma depreciativa nas manchetes dos principais jornais.

Se durante muitos anos nos mantivemos relativamente tranqüilos com a administração dos investimentos da REAL GRANDEZA, atualmente o nosso sentimento é de perplexidade e insegurança.

Ainda indignados com a brutal perda de R\$153 milhões de nosso patrimônio que estavam aplicados no Banco Santos, fomos surpreendidos com a notícia de atuações pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC que resultou na aplicação de sanções a nove dirigentes da REAL GRANDEZA, entre as quais o pagamento de multa de até R\$ 20 mil a alguns deles. Três administradores foram, ainda, inabilitados por dez anos. A conclusão do inquérito da SPC foi de que os dirigentes da REAL GRANDEZA aplicaram irregularmente recursos do nosso fundo de pensão no Banco Santos.

Como decorrência desse lamentável quadro, o Diretor-Presidente e os outros dois membros da Diretoria Executiva, nomeada pelo Conselho Deliberativo em agosto de 2003, renunciaram ao final de agosto de 2005 aos seus mandatos. Numa articulação com as Patrocinadoras, o Conselho Deliberativo deu posse ao novo Diretor-Presidente e aos Diretores de Administração e Finanças e de Investimentos.

Agora ainda nos vemos ameaçados pela perda potencial de valores muito mais elevados do patrimônio garantidor de nossas aposentadorias e pensões, decorrentes de aplicações temerárias nos Bancos Rural e BMG, palco do noticiário deplorável que vimos presenciando com as Comissões Parlamentares de Inquérito - CPI's.

Uma questão que temos a obrigação de encontrar a resposta diz respeito "A quem responsabilizar por tais aplicações temerárias em Bancos de segunda linha?" ; por outro lado, uma outra questão para o futuro é: "Como impedir que o patrimônio do nosso Fundo de Pensão, formado durante anos a fio com parte de nossos salários e parte da contribuição de nossas Patrocinadoras, seja dilapidado por governos que reiteradamente pretendem utilizar nossos recursos?"

Não é de hoje que os Fundos de Pensão são alvo da cobiça dos governos. Ora é a privatização das Patrocinadoras que nos atemoriza. Ora é a administração temerária que causa dano ao nosso patrimônio. Mais a frente já se fala nas tais Parcerias Público-Privadas, as famosas PPP'S que sorrateiramente pretendem usar a única poupança existente no Brasil em projetos estruturais de longo prazo, em um País como o nosso, no qual, até para investimentos de curto prazo, temos dificuldade de obter segurança e garantias reais.

Na APÓS-FURNAS temos consciência que é somente com a participação efetiva de todos: Ativos, Aposentados e Pensionistas, representados nos diversos órgãos estatutários da REAL GRANDEZA, com a definição de uma Política de Investimentos que garanta a segurança financeira e atuarial, com uma efetiva administração da aplicação do nosso patrimônio, e, com a fiscalização incessante e eficiente não só da aplicação do patrimônio como também das manobras atuariais que se observam em todos os fundos de pensão é que poderemos defender a REAL GRANDEZA, que é a nossa real garantia de um futuro tranqüilo para as nossas famílias. Todavia, a condição necessária para que isso seja possível é a imediata mobilização de todos nós quando estivermos diante de qualquer ameaça que possamos antever.

Colegas, não tenham dúvidas de que esta luta será constante e intensa, contudo, a nossa causa é justa e devemos defendê-la com todas as nossas forças. Por ela, e só por ela, devemos conjugar todos os nossos esforços e competências. Venham participar conosco, na APÓS-FURNAS, dessa grande empreitada para que tenhamos uma REAL GRANDEZA mais forte e independente, para todos nós, Aposentados, Pensionistas e Ativos.

*Diretoria Executiva*

NOSSA VOZ NO CONSELHO

## DIARIAMENTE, UM SOCO NO ESTÔMAGO



Lamentavelmente se abate sobre o país uma crise política e moral que nos dá um soco no estômago, diariamente.

O relacionamento do poder público com as empresas privadas tem atingido às raias da promiscuidade.

Chega de maracutaias!!! São milhares, milhões de reais desviados pelos descaminhos da corrupção. Paralelamente, o povo cada vez mais pobre.

A sociedade precisa agir com firmeza, exigindo uma atuação mais forte das suas entidades representativas.

Embora a mídia esteja fazendo, em certos momentos, bem seu jornalismo investigativo, em outros, estampa manchetes para vender mais jornais, respingando em inocentes - suspeitas infundadas -.

Milhares de trabalhadores das estatais e de seus fundos de pensão, ativos e aposentados, estão sofrendo demais com as críticas, gozações e alfinetadas de vizinhos, parentes, “amigos” e conhecidos:

“Pô, a tua empresa “hein” ?” “Nesse mar de lama ...” “O teu fundo de pensão nesse esquema sujo” “Que diabo de aplicações são essas que fazem dinheiro de aposentadorias virarem pó ?” “Você tá cego, cara?” “Tem gente ficando rica com o teu dinheiro.” “Se mexe ...”

Isso dói demais! As empresas estatais foram construídas por trabalhadores honrados, honestos, íntegros, dedicados profissionais que cresceram junto com as empresas, que os faziam orgulhosos de participar do desenvolvimento do país. Nossas empresas importantes no cenário nacional e internacional aumentavam nossa auto-estima.

Constituímos nossos fundos de pensão para nos garantir uma aposentadoria digna. Foram anos e anos a fio contribuindo, economizando parte de nossos salários e confiando sua administração direta ou indiretamente as nossas Empresas. As Empresas, também, contribuíam com a sua parte. Tínhamos uma parceria, um pacto de confiabilidade. Com ou sem texto escrito e assinatura, valia a palavra do Presidente, do Diretor.

Os Conselhos das Fundações e suas Diretorias sempre foram indicados na sua maioria absoluta pelas Empresas, portanto, eram seus prepostos. Com isso, a responsabilidade das Empresas com os Fundos de Pensão é incontestável, cabendo-lhes, inclusive, a fiscalização primeira (auditoria) e o enca-

minhamento da mesma à SPC (Secretaria de Previdência Complementar).

Quando as Empresas trocam os seus prepostos nos Conselhos ou nas Diretorias dos Fundos de Pensão de seis por meia dúzia, elas permanecem responsáveis pelos acertos, falhas, equívocos, irregularidades, etc, etc...

As irregularidades apontadas pela mídia precisam de respostas. Os diversos órgãos da administração pública precisam dizer o que estavam fazendo. Como nada viram? Como nada impediram?

Entre eles, o poderoso Banco Central, responsável pela política monetária, mas, também, normativo e fiscalizador do sistema financeiro - bancário; o TCU, que tem que analisar e aprovar as contas; e a própria SPC, cuja responsabilidade é normativa e fiscalizadora dos Fundos de Pensão. No meu entender, deveria se preocupar basicamente com isso, no entanto, atrelada aos interesses do Governo, em busca de mais dinheiro, incentivava a criação de fundos, ampliava o leque de planos sem estar atenta a estrutura de organização, implantação e fiscalização. Depois procura um bode expiatório para justificar serviços. O que a SPC precisava era de menos discurso e mais fiscalização preventiva, **punir depois da casa arder não recupera os recursos dos participantes.**

Principalmente, onde estava o Banco Central nas questões do Banco Santos, Rural, BMG, etc, etc ? E a SPC ? Fomentando a criação da PREVIC e inventando a TAFIC, que já levou dinheiro dos fundos e sem que a MP 233 tivesse sido aprovada no Senado. Como foi possível a SPC, sonhando que já era PREVIC (Superintendência da Previdência Complementar) cobrar uma taxa, que entrou nos cofres da Secretaria sem estar a PREVIC aprovada e instalada (Foi para o espaço à MP 233).

Isso beira ao limite da irresponsabilidade (no próximo Elo abordaremos essa questão).

O que estamos observando é que o Estado não tem sido público, o Governo tem sido regido pelo interesse econômico, aliás pior ainda, o poder pelo poder, mantendo-se desatento ou indiferente com as necessidades da maioria da população.

O exemplo que vem de cima sempre foi ruim não é de hoje, mas agora é demais, é pior do que péssimo.

**Apostamos na esperança de mudanças e estamos na fase do desencanto.** Não há sociedade ou ser humano que não se abale com tudo isso.

O que o deputado RJ revelou foi a ponta de um iceberg, logo ele que também era (ou é) do esquema.

Chega de maracutaias!!!

Foi aí, aberta uma fresta que acabou escancarando um nível nunca visto de corrupção, levando a instalação das CPIs, que não se sabe aonde irão parar.

As CPIs são necessárias, sim! Precisam, porém, priorizar investigação objetiva, buscando culpados e os punindo, na sua área de atuação, em seguida, entregá-los ao poder judiciário - ao Ministério Público -.

Nas sessões das CPIs, claramente, se observa aqueles que desejam seus 15 minutos de fama, aproveitando os holofotes da TV em cores. Basta de Ópera Bufo!

Já estou cansada de mentiras, não dá mais para assistir gestos histriônicos, de caras e bocas e expressões hipócritas. O cinismo dos depoentes é insuportável, beira ao inacreditável.

Apesar de toda a importância das CPIs, elas estão escorregando, o rumo está indefinido. **Novo alvo: Luz, Câmera, Ação - atingir os Fundos de Pensão-.**

A mídia, verificando o repetitivo das sessões das CPIs, abre manchetes em busca de novos escândalos, em foco - os Fundos de Pensão.

Deixo no ar a seguinte pergunta - a quem isso pode interessar ?

**Sabemos que de olho nos recursos da ordem de R\$ 290 bilhões dos Fundos de Pensão é grande a cobiça dos bancos,** colocar as mãos no nosso dinheiro é o objetivo dessas aves de rapina, e também, Sociedades de Crédito, de Investimentos e Financeiras. Some-se a isso, o desejo de terceirizar a administração dos Fundos de Pensão.

Todo o cuidado é pouco, nosso patrimônio é cobiçado por todos, e o Governo é, também, armadilha. Leia sobre as PPPs que andam na pauta. (No próximo Elo haverá matéria.)

Mais do que justa é a nossa indignação, mas precisamos controlar o emocional e agir com a razão. Buscar, dioturnamente, uma gestão para os nossos Fundos competente, transparente e livre de injunções políticas.

Não podemos, tão pouco, aceitar que se transfiram falhas, erros ou manobras de alguns para toda a Entidade. Precisamos, sim, onde existir falha no nosso Fundo - apontar; onde existir erro - pressionar para corrigir; onde existir armadilha - desarmar; e onde existir acerto - reconhecer.

Não dá para se perder 153 milhões de reais de braços cruzados, temos de ir à luta em busca dessa reparação.

Não está esclarecido, para mim, quem foram e/ou quem são os mentores das aplicações no Banco Santos, Rural, BMG, etc e etc, "banquinhos" que ficaram (que ainda tem) fatias expressivas dos recur-

sos dos Fundos de Pensão, do patrimônio de reserva das aposentadorias.

Fatias do nosso Fundo, também. Sem caça as bruxas, não quero atirar a primeira pedra, poderia errar o alvo. Afinal, não sou detetive, nem policial, nem fiscal da Fazenda, nem do Banco Central ou da SPC.

Sem respostas continuo perguntando. O que estavam fazendo os fiscais do BC por tantos meses no Banco Santos? Baseado em que, nesse período, foi autorizado que o Banco Santos fizesse captação de recursos no exterior? E fez!

E o que dizer da SPC, com 3 fiscais dentro da nossa FRG durante um ano, de cafezinho e biscoitos, sem nada a alertar. Que diabo de fiscalização direta e/ou indireta, tão alardeada em diversas seminários pelo Sr. Secretário da SPC, dizendo que visava melhor aparelhar o Sistema - com fiscalização preventiva (?) - Era apenas no discurso?

Depois em lugar de prevenir - punir - . Os autos de infração são para justificar serviços ? Garantir o que ? Quem?

Não dá para acreditar no que aí está, os órgãos normativos e fiscalizadores, a primeira vista, parecem coniventes ou irresponsáveis, com benevolência no mínimo - omissos - . Eles nos davam numa sensação de segurança e esta foi pelo ralo....

A vida tem muitas amarguras, mas também, momentos doces, há muitas doses de sofrimento, muitas ilusões perdidas, mas oferece, felizmente, a cada crise e a cada sofrimento, um despertar de potencialidades que não julgamos ter.

É preciso viver a vida e tirar da crise oportunidades de superar as decepções e as dificuldades.

**O tempo não volta para trás. Temos de continuar, precisamos da capacidade de levantar, quando se cai e seguir em frente,** defendendo nossa Empresa como - Estatal de importância para o país que Ela é - e defendendo com - unhas e dentes - nosso Fundo de Pensão, não perdendo de vista a diferença existente entre a Empresa que admiramos e amamos e a FRG que é nossa.

Gostaria de lembrar, neste final, aquela historinha que todos conhecem - o incêndio na floresta e o exemplo do pequenino beija-flor, isso faz a diferença.

Para não dizer que não falei de flores:

"Só viver é insuficiente, disse a borboleta. Precisamos de sol, de liberdade e uma pequena flor."  
(de Hans Christian Anderson)

Onde existir falha  
no nosso Fundo -  
apontar; onde existir  
erro - pressionar para  
corrigir; onde existir  
armadilha - desarmar;  
e onde existir acerto  
- reconhecer.

*Alzira Silva de Souza*  
*Conselheira Deliberativa da FRG, eleita pelos*  
*aposentados*

## SPC: Secretário mantido no cargo

A Medida provisória nº 233, que criava a Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC), foi derrubada no Senado, no final de junho, por decurso de prazo, de vez que não alcançou o quorum mínimo de 41 senadores. Uma das questões de críticas sobre a criação da PREVIC é o fato de que ela nasceria como se um "Trem da alegria", com 545 funcionários não concursados. Para financiar a PREVIC havia sido também instituída pela MP 233 a taxa de fiscalização (TAFIC), taxa a ser paga trimestralmente, com base no valor dos ativos líquidos de cada Fundo de Pensão. Desta forma, foi mantida, a Secretaria de Previdência Complementar, SPC.

À frente da Secretaria desde o início do atual Governo, o advogado especialista em previdência, Adacir Reis, foi convidado pelo atual Ministro, Nelson Machado, a permanecer no cargo e já conseguiu um significativo aumento de sua equipe de fiscalização: o número de auditores irá passar de 85 para 212 até o final do ano. Conforme relatado ao Jornal VALOR, os novos funcionários serão selecionados entre servidores públicos que hoje já se encontram lotados nas Secretarias da Receita Previdenciária e da Receita Federal, já que há intenção de fundi-las ainda este ano.

### A volta da Superintendência

Adacir Reis não desistiu de retornar os planos de criação de um órgão supervisor com autonomia financeira e administrativa sustentado pelas próprias entidades fiscalizadas. Alega que, hoje, essa conta é bancada pelo orçamento da União e, portanto, por todos os contribuintes, inclusive por aqueles que não podem ter uma previdência privada complementar. O Secretário continua defendendo a cobrança de uma taxa de fiscalização sobre os Fundos e vem buscando apoio, dentro do Governo, à apresentação de um projeto de lei criando uma PREVIC com mais autonomia ainda do que a concebida pela fracassada MP 233. Pela proposta, os dirigentes da futura Superintendência teriam mandato, o que não estava previsto originalmente.

### Como fica a taxa paga

Em 10 de abril, quase dois meses antes da queda da MP 233, diversos fundos de pensão, dentre eles a FRG, depositaram a taxa. Para se ter uma idéia só a PREVI (Fundo de Pensão do Banco do Brasil) depositou a taxa de 2,8 milhões, referente ao primeiro trimestre.

Como a finalidade da taxa era custear a estrutura da cancelada PREVIC, que não chegou a ser instalada, caberia aos fundos de pensão tomar a iniciativa de solicitar sua devolução, impedindo a utilização do montante pago para outras finalidades. A esse respeito, alguns fundos de pensão já dirigiram correspondência, solicitando providências para o retorno daquela taxa.

## Mais uma revisão no Benefício do INSS

O INSS considerou índice menor do que o previsto em lei para os benefícios de aposentadoria concedidos entre junho de 1997 e 05 de outubro de 1988. Situação semelhante à questão do índice da URV, já reconhecida pelo Governo.

Assim, todos os que se aposentaram nesse período têm direito de pleitear, junto ao Juizado Especial Federal, a correção dos primeiros vinte e quatro salários de contribuição, anteriores aos doze últimos, pela imposição da variação nominal das ORTN / OTN.

Como na época o INSS não fornecia a memória de cálculo, sendo os mesmos feitos à mão e informados à DATAPREV, há a necessidade de apresentação da RELAÇÃO DOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO.

Mesmo que o INSS tenha que comprovar os cálculos do benefício em juízo, para facilitar e agilizar o processo é imprescindível a apresentação

da RELAÇÃO, que pode ser solicitada ao Depto. de Administração de Pessoal de FURNAS.

Se você se aposentou neste período (junho de 1997 a 5 de outubro de 1988) e deseja obter maiores informações, entre em contato com as técnicas especializadas na Legislação da Previdencial Social que prestam orientação na Após-Furnas, através dos telefones (0xx21) 2528-5024 / 2286-8267.

**Próximos plantões: 15/09 e 29/09/05**

### Atenção:

Se você é pensionista, cujo titular do benefício se aposentou neste período, também tem direito a pleitear a revisão.

# CAEFE

A APÓS-FURNAS recebeu inúmeras reclamações de seus Associados pelos substanciais aumentos no prêmio do seguro de veículos referente a apólice administrada pela CAEFE no período 2005-2006. Diversas Propostas de Seguro apresentavam o prêmio anual superior ao cobrado pelo mercado, muitas vezes com a mesma seguradora.

Participamos da reunião realizada no dia 03/08/2005 na CAEFE onde constatou-se no cálculo dos prêmios a aplicação de um Fator de Agravamento por tipo/modelo de veículo, inclusive com propostas de seguros agravadas em mais de 80%.

A CAEFE, através do corretor de seguros responsável pela Apólice, justificou que, na impossibilidade de adotar a metodologia de cálculo usada no mercado, onde se aplica a cada um o perfil do segurado e pela alta sinistralidade da apólice, adotou o Fator de Agravamento de modo a obter um aumento de 17% (dezesete por cento) na arrecadação dos seguros.

Registramos que não se pode aceitar que em uma apólice coletiva com mais de 11.000 (onze mil) veículos o prêmio de qualquer veículo segurado seja superior ao de mercado, mesmo considerando que a franquia de nossa Apólice é bem abaixo do mercado.

Infelizmente, A CAEFE posicionou-se em não ter como alterar esta situação no decorrer desta Apólice.

Assim, orientamos nossos associados a analisar a situação de cada seguro no mercado, de modo a poder decidir sobre a manutenção ou não do veículo na Apólice da CAEFE.

## INFORMAÇÕES ELETRONUCLEAR

Em reunião, de 15/06/2005, com o Presidente da ELETRONUCLEAR Sr. Paulo Figueiredo, solicitamos diversas providências administrativas relativas aos interesses de nossos Associados, encaminhadas formalmente em seguida pela correspondência da APÓS-FURNAS, DE.E.089/2005 de 20/06/2005.

Destacamos as seguintes pendências de pagamento aos aposentados, que encontram-se com a seguinte posição, conforme informação da área de Recursos Humanos da ELETRONUCLEAR:

1. Pagamento do duodécimo sobre o Abono desde 2001 - ainda não há uma definição quanto ao critério de recolhimento dos correspondentes tributos e, portanto, ainda não há previsão de pagamento;

2. Pagamento do FGTS de março de 1990 - não existe conhecimento desta pendência. Estamos fazendo contatos com FURNAS no sentido de obter dados sobre o assunto e repassá-los à ELETRONUCLEAR;

3. Pagamento da PLR de 2004 - encontram-se ainda pendentes, por motivos administrativos, os devidos pagamentos tanto aos aposentados quanto aos demitidos.

## In Memoriam

Saudades da associada e ex-funcionária Alzira da Silva Rodrigues Cavadas, chamada por todos de Alzirinha e também do associado Paulo Hermínio, sócio-fundador da Após-Furnas e primeiro Engenheiro de Furnas.



## Meu filho

*José Raimundo da Costa*

Esse varão de coração  
Muito amoroso e grandioso,  
Minha alegria de todo dia,  
Minha esperança, minha lembrança  
Que eu acalento no meu pensamento  
Com o calor do meu amor!  
Flor delicada e perfumada  
Que me conduz e enfeita a cruz  
Da minha vida, nunca esquecida  
Por esse amigo, que está comigo  
Nos bons momentos e nos tormentos,  
Tudo fazendo, nada esquecendo  
P'ra me agradar e consolar!...  
Alma bondosa e caridosa,  
Coração lindo, sempre sorrindo  
P'ra o bem fazer com prazer!

A minha prece, que não te esquece,  
É oração do meu coração  
Feita a Deus para os passos teus  
Sempre guiar e abençoar  
E em todo instante dar bastante  
Felicidade e prosperidade  
À tua vida, que é minha vida,  
Filho amado e dos cuidados meus!

Tenho certeza, filho amigo,  
P'ra mim tão bom e dedicado,  
Que tu serás sempre por Deus  
Mui protegido e abençoado!...

**Poema feito pelo pai do associado Paulo Hermínio**

# Usuários de medicamentos fabricados fora do Brasil

Os consumidores de medicamentos fabricados fora do Brasil podem obtê-los a preço de custo. É que a Fundação Ruben Berta, em parceria com a VARIG, vem prestando um serviço de caráter humanitário na compra destes medicamentos no exterior. E o melhor, sem qualquer custo relacionado ao serviço de compra e transporte. O consumidor paga somente o valor do remédio.

Vale ressaltar que os medicamentos comprados não são comercializados por nenhuma importadora, laboratório ou grupo farmacêutico no Brasil.

Este serviço não é caracterizado como



importação de medicamentos, mas sim transporte gratuito e intermediação de solicitações entre pessoas enfermas e distribuidores, conforme Instrução Normativa da Receita Federal (IN SRF 29/1996). Esse serviço é oferecido para todos os estados brasileiros.

Para atendimento, ligue para os telefones abaixo com o nome do medicamento em mãos.

**Tel: (21) 2468-4818  
2468-4820**

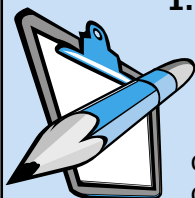
**Telefax: 2468-4821**

**e-mail: giggu@frb.org.br**

**Contato: Leandro ou Edmar**

## LEMBRETES

*Evite problemas futuros*



1. Observem se o pagamento da mensalidade da APÓS-FURNAS vem sendo devidamente descontado no contracheque da Fundação Real Grandeza, caso contrário pedimos a gentileza de que entrem em contato conosco para que possamos tomar as providências cabíveis.

2. Mudança no horário de funcionamento do estacionamento para aposentados no Escritório Central

de 2ª a 5ª feira

O horário será de 7h30min às 17h30min

Na 6ª feira

O horário será 8h às 17h

Texto da correspondência da UNIDAS enviada ao  
Secretário da Previdência Complementar

*Ilmo. Sr. Adacir Reis*

*MD. SECRETÁRIO DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR*

*Senhor Secretário,*

*Como Entidade Nacional representativa que congrega Associações de Participantes Assistidos e Pensionistas de Fundos de Pensão, vimos solicitar de V.Sa. esclarecimentos quanto à forma de como será devolvida a taxa de contribuição (TAFIC) referente ao 1º trimestre de 2005 e tornada sem efeito, à vista da não aprovação pelo Senado Federal da Medida Provisória 233/04, que criava a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).*

*Considerando que o objetivo da taxa seria para custear a estrutura daquela Superintendência, que não chegou a ser instalada, a retenção dos recursos que são patrimônio dos Participantes Assistidos e Pensionistas dos Fundos de Pensão, poderia se constituir em desvio de finalidade, com o que não concordamos.*

*Na expectativa das providências necessárias, aproveitamos o ensejo para expressar nossa estima e elevada consideração.*

*Atenciosamente,*

*Alzira Silva de Souza  
Presidente*



## ELO

Órgão Informativo da Associação dos Aposentados de Furnas

Rua Real Grandeza, 219, anexo, sl. 202, Botafogo, Rio de Janeiro - RJ - CEP 22281-035

Tel.: (21) 2528-4999 / 2528-5024 / 2528-4477 - Fax.: (21) 2286-8267

E-mail: aposfurnas@aposfurnas.org.br - http://www.aposfurnas.org.br

Distribuição gratuita

### Diretoria Executiva

**Presidente:** Tania Vera Vicente - **Vice-Presidente:** Alfredo de Azevedo Alves

**Diretora Social:** Cléa Rito - **Vice-Diretora Social:** Ivone Marçal

**Diretor Administrativo:** Henrique Pimentel Trigueiro - **Vice-Diretor Administrativo:** Romeu Pinto Cavalcanti -

**Diretor Financeiro:** Humberto Ferreira da Costa - **Vice-Diretor Financeiro:** Agildo da Silva Meireles

**Jornalista Responsável:** Fernanda Esteves - Mtb - 21738

**Projeto Gráfico:** Flaviana Nespole - **Tiragem:** 4.000 exemplares